



INFORMAÇÃO Nº 081/2011 – 3ª ICE/Acomp

Brasília-DF, 27 de junho de 2011.

PROCESSO Nº: 12.502/2010 (11 anexos)
JURISDICIONADA: Secretaria de Estado de Governo do Distrito Federal
ASSUNTO: Representação
MONTANTE EM EXAME: Não se aplica
EMENTA: Representação nº 06/2010-CF. Denúncia recebida pelo MPCDF acerca de possíveis irregularidades nos procedimentos de ratificação de inexigibilidade e dispensa de licitação no âmbito de administrações regionais. Portaria nº 11/2010. Análise de despesas. Decisão nº 5.414/2010. Diligência saneadora.

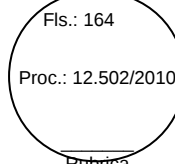
Senhor Diretor,

Tratam os autos da Representação nº 06/2010-CF, formulada pela Procuradora do Ministério Público junto ao TCDF, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira, fls. 01/07, tratando de denúncia no sentido de que a Secretaria de Governo estaria delegando a Diretores Gerais a declaração acerca das hipóteses de dispensa/inexigibilidade de licitação e aos Administradores Regionais o poder de ratificar tais despesas.

2. No último pronunciamento, mediante a Decisão nº 5.414/2010 (fl. 100), o Tribunal, entre outras deliberações, resolveu:

“(...) 2) por maioria, acolhendo voto do Conselheiro RENATO RAINHA, que, nos termos do art. 71 do RI/TCDF, apresentou declaração de voto, autorizar o retorno dos autos à 1ª ICE para que atenda a solicitação constante do item 9 do Parecer nº 1.186/10-CF. Parcialmente vencida a Relatora, que manteve o seu voto.”

3. Por meio do parecer referido no item 2 da decisão retrotranscrita (fl. 80), a procuradora do MPjTCDF renovou o pedido formulado na representação inicial, no sentido de se analisar, sob o aspecto material, a regularidade das



despesas de contratação de músicos, shows e apresentações artísticas, em relação aos valores mais expressivos, para a verificação da completa pertinência do preço pactuado e do serviço prestado.

4. Este Corpo Técnico, em atendimento à decisão da Corte referida no § 2º, realizou consulta ao SIGGO, identificando-se relevância na contratação da empresa JBR Produções e Eventos Ltda-ME, nos valores de R\$ 1.814.900,00 (exercício de 2010) e R\$ 888.000,00 (exercício de 2011), conforme os documentos de fls. 154-161.

5. Considerando que as contratações da referida empresa ocorreram em diversas jurisdições (Regiões Administrativas do Gama, Taguatinga, Brazlândia, Paranoá, Ceilândia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas e Secretaria de Cultura), o que demandaria muito tempo para a realização das inspeções, sugerimos, com fulcro no art. 40, inciso VII, da Resolução nº 10/86, a realização de diligência saneadora para a obtenção das informações e documentos relativos às justificativas para as contratações e preços pactuados, pareceres jurídicos, autorizações das despesas, ratificações de contratações diretas (dispensa/inexigibilidade de licitação), publicações de extratos no DODF, comprovantes de liquidação da despesa.

À superior consideração.

ROMILDO ARAÚJO DA SILVA
Auditor de Controle Externo